

**Ebserh propõe retirar direitos dos trabalhadores dos hospitais universitários federais**

Enquanto ovaciona os profissionais de saúde nas redes sociais e na mídia, na prática o governo Bolsonaro não consegue sequer fazer a lição de casa e desrespeita os trabalhadores da área que estão na linha de frente do combate à covid-19 nos hospitais universitários federais do país. É que a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) nas negociações do Acordo Coletivo 2020/2021 só propôs retirada de direitos aos seus empregados públicos, contrariando inclusive o que já está estabelecido em lei, amparada na reforma trabalhista feita pelo governo Temer, onde o negociado pode se sobrepor ao legislado.

Essa proposta é muito revoltante, principalmente nesse momento. Os profissionais de saúde estão lá, na linha de frente do combate a essa pandemia, arriscando as vidas e, portanto, merecem mais respeito.

Foram vários afrontes aos empregados da Ebserh, mas sem dúvida o mais gritante foi em relação ao adicional de insalubridade, que os trabalhadores recebem justamente por estarem expostos a situações de risco. O valor recebido a mais representa um percentual do salário base. O governo quer pagar o mesmo percentual, só que em cima do salário mínimo, o que diminuiria significativamente os valores.

O que a Ebserh propõe é uma redução real no salário dos trabalhadores, que arriscam suas vidas todos os dias nos hospitais públicos federais cuidando da saúde da população que depende do SUS.

**Mais desrespeito**

E os ataques não param por aí. A Ebserh quer igualar o valor da hora noturna com a hora diurna. O valor é diferente por lei porque existe o entendimento que o horário noturno demanda mais da saúde do trabalhador. Quer também reduzir em 50% o valor da hora no feriado e efetuar o pagamento das férias no 5º dia útil do mês de gozo, quando existe uma lei que determina o pagamento antecipado.

Outro afronte é o governo querer regulamentar o estado de sobreaviso dos trabalhadores da Ebserh sem adicional para isso. Outra crítica é em relação à regulamentação da ampliação ou redução da carga horária, com redução proporcional dos salários, por escolha da empresa, sem que o trabalhador possa decidir: Em um mês o (a) trabalhador (a) recebe um valor, no outro mês, outro. Todos têm contas a pagar. O governo não pode ficar jogando com a vida quando bem quer.

Estabelecendo um tratamento diferenciado entre os trabalhadores da mesma categoria, a Ebserh também propôs aumentar o tempo de compensação das horas negativas ou positivas de seis meses para 12 meses; estabelecer a exigência de um ano de efetivo exercício na empresa, bem como não possuir faltas ou penalidades disciplinares, para gozar os dois dias de abono; e restringir dos trabalhadores de jornada especial de trabalho o acompanhamento familiar, podendo ser usado apenas em casos de urgência ou emergência, constando no atestado.

**Bolsonaro afirma que vai vetar possibilidade de reajuste salarial a servidores públicos**

O presidente Jair Bolsonaro afirmou que vai vetar o trecho do projeto de ajuda aos estados que abre possibilidade de reajuste salarial para categorias de servidores públicos, mesmo em meio à pandemia de coronavírus.

Antes de Bolsonaro afirmar que vai vetar o trecho, o ministro da Economia, Paulo Guedes, já havia dito que sugeriria o veto. "Eu sigo a cartilha de Paulo Guedes na economia. Se ele acha que deve vetar, assim será feito", disse o presidente.

**O que foi aprovado pelo Senado**

A versão inicial do projeto previa que a ajuda financeira da União a estados e municípios tinha, entre as contrapartidas, o congelamento nos salários dos servidores. Durante a tramitação no Congresso,

parlamentares incluíram no texto categorias que poderiam ter o reajuste. O texto de ajuda aos estados foi aprovado por unanimidade no início da noite desta quarta-feira (06/05).

Inicialmente, a ideia era de que apenas servidores que atuassem nas linhas de frente do combate à doença, como agentes de saúde e de segurança, ficassem imunes. No entanto, a Câmara ampliou ainda a medida para policiais legislativos, agentes socioeducativos, técnicos e peritos criminais, bem como servidores da Educação, profissionais de limpeza urbana e assistentes sociais da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Na lista de servidores que podem ter reajustes vetados pelo presidente:

- Militares das Forças Armadas;
- Militares de Segurança de Estados;
- Profissionais da Saúde;
- Profissionais da Educação;
- Policiais Federais;
- Policiais Rodoviários Federais;
- Agentes penitenciários federais;
- Profissionais da limpeza pública;
- Assistentes sociais;
- Agentes municipais;
- Agentes socioeducativos.

### **Balanço registra 51% dos servidores em trabalho remoto e 487 casos confirmados**

Os dados são da semana de 27 de abril a 1º de maio coletados junto às unidades de gestão de pessoas dos servidores públicos federais civis

A Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP) do Ministério da Economia atualizou os dados sobre servidores públicos federais em trabalho remoto e os casos confirmados da COVID-19 no âmbito do Poder Executivo Federal Civil.

As informações foram coletadas na semana de 27 de abril a 1º de maio e apontam 51% dos servidores públicos federais civis trabalhando em casa. Os casos confirmados de COVID-19 registrados no sistema aumentaram de 317 para 487 de uma semana para outra.

Esses números não incluem as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) – uma vez que o Ministério da Educação divulgou o retrato da situação dessas instituições por meio do portal <http://portal.mec.gov.br/coronavirus/>.

Excetuando-se as IFES, mais da metade (52%) das unidades administrativas de gestão de pessoas encaminharam os dados à SGP referentes à semana de 27 de abril a 1º de maio. Esta parcela abrange 167.430 servidores ativos. Sem considerar as IFES, esse montante representa 60,4% dos servidores públicos federais.

Cabe esclarecer que o Ministério da Economia está realizando a coleta de dados, no âmbito do Poder Executivo Federal Civil, por meio de uma ferramenta online disponibilizada aos órgãos e entidades da administração pública federal. Portanto a gestão dessas informações está sendo realizada de forma descentralizada.

A Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal tem buscado ao máximo a colaboração dessas unidades gestoras, para a atualização semanal dos dados e para obter informações sobre a totalidade dos servidores.

### **PF investiga agressão a servidor do Ibama no Pará após emboscada contra fiscalização**

O inquérito vai apurar a ação de madeireiros e a possível agressão sofrida por um servidor do Ibama no município de Uruará, sudoeste paraense, próximo a Altamira.

De acordo com a Asibama, Associação dos Servidores do Ibama, os agentes ambientais foram emboscados por um grupo de pessoas contrárias à fiscalização na noite dessa terça-feira.

Ao tentar negociar, o coordenador da equipe foi atingido por uma garrafa de vidro atirada por um dos manifestantes. Ele foi conduzido para o hospital, onde foi atendido e medicado.

Os servidores do Ibama voltavam de uma operação no entorno da Terra Indígena Cachoeira Seca. Eles conduziam um caminhão abandonado por criminosos em um acampamento utilizado como base para extração ilegal de madeira.

Antes de chegar ao município de Uruará, os agentes foram parados pelo grupo que, segundo a Associação dos Servidores, desde a semana passada tenta impedir o trabalho de fiscalização, voltado para a proteção da população indígena, em especial para conter a disseminação do novo coronavírus.

A PF informou que diligências policiais já estão em andamento. A apuração está sendo conduzida pela Delegacia de Polícia Federal de Santarém.

Em nota, o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama repudiaram o ataque sofrido pela equipe de fiscalização durante a operação na Terra Indígena Cachoeira Seca. Disseram ainda que estão sendo adotadas as medidas necessárias para identificar e responsabilizar os agressores.

O Ministério reiterou o apoio às equipes no cumprimento da lei e das normas em defesa do meio ambiente.

### **Funai resolve atacar os próprios indígenas**

Enquanto Jair Bolsonaro defende a expansão do agronegócio e da mineração a qualquer custo, além de ter se posicionado contra a demarcação de terras, a Funai, que sofre ingerência do governo, agora diz que "devemos dar um voto de confiança às novas ideias e projetos de sucesso para o etnodesenvolvimento do indígena brasileiro, elemento fundamental do povo brasileiro"

Escárnio. Essa é uma das palavras que melhor definem o posicionamento da Funai (Fundação Nacional do Índio) em favor de Jair Bolsonaro, que ataca duramente os direitos dos povos indígenas, além já ter se posicionado contra a demarcação de terras e também acusar os nativos de queimadas na Amazônia.

Enquanto Bolsonaro defende a expansão do agronegócio e da mineração a qualquer custo, a Funai, que sofre ingerência do governo, agora diz que a eleição dele "representou uma ruptura e a rejeição do povo brasileiro às políticas públicas socialistas que estavam sendo implantadas pelo Governo Federal desde 2003".

"O resultado destes anos de política indigenista socialista no Brasil, com todo seu assistencialismo e paternalismo explícitos, pode ser resumido na situação de pobreza, dependência e exclusão em que se encontram atualmente os povos indígenas brasileiros", diz o texto. "Devemos dar um voto de confiança às novas ideias e projetos de sucesso para o etnodesenvolvimento do indígena brasileiro, elemento fundamental do povo brasileiro".

Sobre a interferência de Bolsonaro na Funai, vale ressaltar que a Justiça Federal suspendeu a nomeação do militar de carreira José Magalhães Pinto para o posto de coordenador regional da instituição em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Os cargos dessa natureza sempre foram livres de interferência, mas a nota já é reflexo das tentativas de aparelhamento impostas por um governo marcado pela aversão aos direitos humanos.

Leia a [íntegra](#) da nota emitida pela Funai:

*É do conhecimento público que a vitória do Presidente Jair Messias Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018 representou uma ruptura e a rejeição do povo brasileiro às políticas públicas socialistas que estavam sendo implantadas pelo Governo Federal desde 2003.*

*Nestes quase 20 anos de administração socialista no Governo Federal, a política indigenista brasileira restringiu-se ao assistencialismo subserviente e ao paternalismo explícito, com o aplauso, a complacência e a participação de ONGs e grupos religiosos ligados à Teologia da Libertação, de matriz marxista, capitaneados pelo Bispo mexicano Samuel Ruiz. O resultado destes anos de política indigenista socialista no Brasil, com todo seu assistencialismo e paternalismo explícitos, pode ser resumido na situação de pobreza, dependência e exclusão em que se encontram atualmente os povos indígenas brasileiros.*

*Por tudo isto, a FUNAI vem a público repudiar as palavras do Secretário-Executivo do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, Sr. Antônio Eduardo de Oliveira, que com seu discurso carregado de rancor político pela derrota eleitoral de 2018, envolvendo seu estamento político-ideológico, ataca o Governo Federal eleito de forma legítima e democrática através do voto de quase 58 milhões de brasileiros. Seu discurso intenta desqualificar a FUNAI, o INCRA, o IBAMA e a AGU, tudo em prol da velha política indigenista socialista, assistencialista e de paternalismo, a qual já causou tantas desgraças aos indígenas brasileiros.*

*Vale registrar que o acervo probatório reunido durante a CPI FUNAI e INCRA, conduzida pela Câmara dos Deputados, além do indiciamento de integrantes do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), indicou a suspeita de que a entidade tem recebido vultosos recursos internacionais que, em tese, seriam utilizados para induzir, incitar e fomentar a conflituosidade no campo, mediante ações coordenadas e voltadas para a prática de invasões de propriedades, colocando em risco a vida de indígenas e não indígenas, conforme já reconhecido pelo Egrégio Tribunal Regional Federal da 3ª Região: "O caso em tela versa sobre movimento organizado de invasão de terras, coordenado e fomentado por organizações não governamentais, que se apresenta normalmente com o seguinte modus operandi: esbulho possessório caracterizado por atos violentos como incêndio de edificações, destruição de plantações, cercas e maquinários, de modo a inviabilizar a continuidade de atividade agrícola, seguido da chegada de mulheres, idosos e crianças com o fim de criar uma contingência social de ocupação indígena, à margem da lei, que, ao final, serve de subsídio para que se negue a reintegração de posse" (SLAT 0016216-60.2013.4.03.0000/MS – TRF da 3ª Região).*

*O povo brasileiro escolheu uma nova política indigenista com a eleição do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro e em respeito a esta escolha, legítima e democrática, ressalte-se, todos devemos dar um voto de confiança às novas ideias e projetos de sucesso para o etnodesenvolvimento do indígena brasileiro, elemento fundamental do povo brasileiro.*